

Aprova
por
leitura



ATA N. º 25/2025
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE
CÂMARA 2025/12/09



MINUTA DA ATA N.º 25/2025

Aos nove dias do mês dezembro de dois mil e vinte e cinco, nesta Vila de Nazaré, realizou-se a reunião extraordinária da Câmara Municipal, no Auditório da Fundação Casa-Museu Mário Botas, sob a presidência do Senhor Serafim António Louraço da Silva, estando ainda presentes dos Senhores/as Vereadores/as Maria Teresa Lucas Radamanto, em substituição de João António Portugal Formiga, que justificou a sua ausência, Luís Miguel Rodrigues Sousinha, João Paulo Quinzico da Graça, Maria de Fátima Soares Lourenço Duarte, Vanda Alexandra Duarte Santos e Maria Lúcia Teixeira Loureiro. -----

A Reunião foi secretariada pela Técnica Superior Ana Paula de Sousa Veloso. -----

Pelas **nove horas e trinta e oito minutos**, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, e prestou ao Órgão executivo Municipal esclarecimentos, com relevância autárquica. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Usou da palavra o Senhor Presidente Serafim António, que declarou aberta a reunião extraordinária da Câmara Municipal do dia 09 de dezembro de 2025, prestando ao Órgão Executivo Municipal os seguintes esclarecimentos de interesse autárquico: cumprimentou todos os presentes e todos aqueles que acompanhavam a sessão através das redes sociais. Deu as boas-vindas à Senhora Teresa Radamanto, que se encontrava presente em substituição do Senhor João António Formiga, o qual havia justificado previamente a sua ausência. -----

Deu nota de que, sendo aquela uma reunião extraordinária, não haveria intervenção do público, passando-se de imediato ao “Período da Ordem do Dia”. Informou que se iniciaria pelos Ponto 773/2025 – “Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2026”, procedendo então a uma intervenção, sobre o assunto referenciado, passando depois a palavra aos Senhores Vereadores: “Apresentamos hoje o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para 2026, um

documento que representa uma obrigação legal e, sobretudo, um compromisso político com a responsabilidade, a estabilidade e o futuro da Nazaré. -----

Quero começar por sublinhar um facto que todos conhecemos, mas que importa reafirmar com clareza: o Município continua condicionado pelo regime do Fundo de Apoio Municipal. Desde que tomámos posse, iniciámos contactos formais com o FAM com vista à construção de uma saída faseada deste regime. Não queremos uma decisão precipitada que comprometa receitas fundamentais, mas sim uma estratégia firme, sustentada e responsável. -----

Este orçamento surge num momento particular: é o primeiro orçamento de um executivo que tomou funções há poucas semanas. O tempo disponível para o preparar foi extremamente reduzido e, por isso mesmo, este documento não traduz o programa político que apresentámos aos cidadãos. Ainda assim, assegurámos três princípios essenciais: responsabilidade, transparência e estabilidade orçamental. Fizemo-lo respeitando escrupulosamente o Direito de Oposição e articulando contributos das diferentes forças políticas. -----

Quero ser muito claro: este é um orçamento de transição. Não é um ponto de chegada, mas sim um ponto de partida. Mantém a matriz técnica das GOP para 2025, mas ajusta prioridades e introduz reorientações que preparam o caminho para uma governação centrada na proximidade, na modernização do Município e na sustentabilidade financeira. -----

O principal constrangimento que enfrentamos continua a ser o lado da despesa. Aliás, este ainda é um orçamento virado para a despesa e não, como pretendemos, para o investimento. As despesas correntes absorvem uma parcela muito significativa dos recursos municipais, limitando a margem de manobra para investimentos estruturantes. Este desequilíbrio não se resolve em semanas. -----

As primeiras semanas de trabalho têm sido pautadas pelos trabalhos preparatórios para a reorganização da estrutura municipal. Uma organização completamente descompensada, com



recursos humanos completamente desmotivados, sem ambição, sem rumo, com grande parte em autogestão e com uma profunda desorganização. Reestruturar todos os segmentos municipais com a implementação de um novo organograma de forma a integrar todos os colaboradores do grupo municipal é um trabalho exigente, sério, transparente e muito técnico de forma a termos uma estrutura eficaz a responder aos problemas dos munícipes e todas as suas ansiedades. Devolver a todos os trabalhadores do grupo municipal a honra de servir a população, para que também os munícipes reconheçam o seu trabalho. Este é um trabalho que queremos ver concluído até ao final do primeiro trimestre de 2026. -----

Paralelamente a esta reorganização, identificar todas as urgências a serem resolvidas no imediato em todo o edificado municipal, nomeadamente as nossas escolas, com casos gravíssimos que colocam em causa a segurança tanto dos nossos alunos como dos trabalhadores. As estruturas desportivas completamente degradadas a terem de ser tratadas o mais rapidamente possível, muitas vezes por falta de reparações simples. -----

Todo o trabalho de reestruturação da organização municipal será para conseguirmos dar resposta a todos estes problemas elencados e muitos outros em todo o concelho. -----

Temos também sido assolados as últimas semanas com problemas colocados por diversos munícipes que aguardam respostas do município á meses, alguns anos. Situações que estamos a tentar dar respostas, pois é para resolver os problemas das pessoas que fomos efetivamente eleitos. -----

Apesar deste contexto, o orçamento incide sobre três grandes pilares que gostaria de destacar: --

1. Medidas urgentes e com impacto imediato na vida das populações. Retomámos a obra do Polo de Saúde de Famalicão, parada desde o início de 2025, porque entendemos que a saúde da população não pode esperar. Estamos a dotar a Proteção Civil de meios reforçados. E reforçámos o apoio financeiro às Juntas de Freguesia em 7%, acima dos

valores dos últimos anos, porque acreditamos numa gestão descentralizada, próxima e mais eficaz. Ainda é pouco para o que ambicionamos, mas é um sinal. -----

2. Medidas cuja execução está comprometida pela inação dos últimos anos. O exemplo mais evidente é a Estratégia Local de Habitação. Foi anunciada para conclusão em 2026, mas, na prática, nada foi feito. Este atraso coloca em risco o acesso a fundos essenciais, e sem apoio comunitário dificilmente será possível concretizar projetos de habitação acessível. Estamos a trabalhar para recuperar o tempo perdido, mas é importante sublinhar que este constrangimento não resulta da ação deste executivo. Valor inicial 6.685.000 milhões seriam comparticipados 5.300.000 milhões com a programação financeira a iniciar 2023, vamos tentar utilizar cerca de 85.000 na reabilitação do bairro social “Mãe de Água”. -----

3. Medidas estruturantes que, pelas limitações orçamentais herdadas, não podem ainda ser dotadas financeiramente neste exercício. -----
Refiro-me, por exemplo, à ampliação e requalificação da Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio, que será candidata ao fundo de apoio do Governo, permitindo, após aprovação, proceder a uma revisão orçamental. Refiro-me também aos investimentos na água e no saneamento, que poderão superar os 30 milhões de euros e são absolutamente essenciais para o futuro do concelho. -----

Permitam-me ainda sublinhar uma prioridade estratégica que assumimos desde o início: a necessidade de projetar mais e melhor. Sem projetos, não há fundos comunitários; e sem fundos, o concelho perde oportunidades que não voltam. Este orçamento reforça essa capacidade de planeamento. -----

Por tudo isto, considero que este orçamento é equilibrado, responsável e transparente. Não esconde dificuldades, não promete o que não pode cumprir e prepara o terreno para que, já em



2027, possamos apresentar um orçamento verdadeiramente transformador e alinhado com o compromisso que assumimos perante os nazarenos. -----

Quero, por fim, reafirmar a disponibilidade total deste executivo para trabalhar com todas as forças políticas que apresentem propostas realistas, financeiramente sustentáveis e que sirvam o interesse público. A Nazaré merece mais cooperação, mais diálogo e menos confronto estéril. A Nazaré merece políticas públicas consistentes, realistas e orientadas para resultados. É essa a visão que defendemos. -----

Com este orçamento damos um passo seguro, firme e responsável para reconstruir a capacidade financeira do Município e para projetar um futuro melhor, mais sustentável e mais justo para todos”. -----

Usou da palavra o Senhor Vereador João Graça, que, depois de cumprimentar todos, disse que o Orçamento para 2026, será um orçamento um pouco abaixo das expectativas criadas, tanto nas exigências como nas soluções e na ambição. Enquadrou-o como um orçamento de transição, destinado à execução de serviços mínimos, considerando o pouco tempo decorrido desde a tomada de posse até à elaboração do próprio orçamento. Acrescentou que será necessário que futuros orçamentos tenham capacidade de projetar o Município para outros desafios, correspondendo às expectativas das populações relativamente ao Executivo para os próximos quatro anos. -----

Quis solicitar alguns esclarecimentos, referindo que, quando o Senhor Presidente mencionou a intenção de negociar uma saída faseada do FAM (Fundo de Apoio Municipal) ou do Programa de Ajustamento Municipal, gostaria de saber se existem exemplos, a nível nacional, de saídas faseadas do FAM? Acrescentou que, para si, ou o Município está no FAM ou está fora do FAM, questionando se a intenção seria sair do FAM assumindo toda a responsabilidade pelas decisões financeiras do Município, considerando que, desta forma, não faria muito sentido falar em saídas

faseadas. Acrescentou que, a partir do momento em que cesse o contrato do Ajustamento Municipal, o Município passará a ter uma responsabilidade acrescida, nomeadamente no que respeita a gerir a despesa e a conhecer os limites aplicáveis às taxas e impostos municipais. Referiu ainda que, na atual situação financeira do Município da Nazaré, poderá até ser conveniente manter a obrigatoriedade imposta pelo FAM, que determina a aplicação das taxas no valor máximo. Disse, que será necessário assumir a responsabilidade de aumentar ou baixar os impostos, decisões que competem ao Executivo Municipal. Referiu que, caso surja a possibilidade de sair do FAM, se deverá ponderar essa via, mas sempre com sentido de responsabilidade. Quis igualmente saber, se as propostas apresentadas pela oposição, no âmbito do Direito de Oposição, foram acolhidas no presente orçamento, observando que não lhe parecia terem ocorrido alterações decorrentes dessas propostas. -----

Questionou ainda, o ponto relativo à candidatura da Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio aos Fundos Comunitários e à consequente necessidade de revisão orçamental do PPI e do próprio orçamento. -----

Sobre o apoio às Juntas de Freguesia, considerou que os 7% previstos são reduzidos e pouco significativos para o orçamento das mesmas. Entendeu que deveria ser reforçado o apoio às Juntas de Freguesia, designadamente no âmbito da delegação de competências. -----

Relativamente à reformulação do Organograma Municipal, referiu que a consideravam uma medida bastante positiva. Mencionou ainda, que a ampliação do cemitério de Famalicão não se encontra prevista no orçamento. Referiu que, pelas dotações observadas, não lhe parecia que fosse promovida uma coesão territorial, constatando um claro desinvestimento, ou falta de investimento, para o ano de 2026, na Freguesia de Valado dos Frades. -----

Solicitou esclarecimentos em relação ao Plano Estratégico sustentável, para o desenvolvimento económico da Nazaré e frisou, que existem vários planos estratégicos, de marketing. Que, os planos existem, a grande questão será executá-los. O membro interveniente solicitou



esclarecimentos ao setor de Recursos Humanos, relativamente aos dados constantes sobre os recursos de pessoal. Referiu que a tabela enviada não lhe parece correta, uma vez que, para o ano de 2026, é indicada a existência de 216 funcionários, enquanto na prestação de contas de 2024 constavam 277 funcionários. Acrescentou que o mesmo número — 277 funcionários — surge no relatório do FAM referente às contas de 2024. Contudo, verificou que, no Orçamento para 2025, o Mapa de Pessoal apresenta novamente o total de 216 funcionários. Face a estas discrepâncias, questionou qual a razão para a diferença entre os valores apresentados. ----- Solicitou ainda que os serviços técnicos informassem, qual a previsão do saldo de gerência para 2026, quer à data atual, quer à data de elaboração do orçamento. -----

Usou da palavra a Senhora Vereadora Vanda Santos, que solicitou alguns esclarecimentos: -----

- Referiu, relativamente a Valado dos Frades, que não compreende por que razão quase não constam obras no orçamento para essa freguesia. Assinalou, que a Avenida da Nazaré, surge apenas com a dotação de 1 € para 2026 e 40.000 € para 2027, mencionando que, segundo explicação anteriormente dada pelo Senhor Presidente, esta será uma das obras que, devido à situação financeira da Câmara, apenas deverá avançar em 2027. -----

A Vereadora acrescentou ainda, a questão da Lagoa do Valado, indicando que, conforme consta no orçamento, a sua requalificação está distribuída por cinco anos. Manifestou não compreender tal opção, uma vez que, aparentemente, no primeiro mandato esse projeto não se encontrará contemplado da forma prevista. -----

- Acrescentou ainda, que existe uma verba de trinta mil euros destinada à requalificação do Centro de Saúde, porém não consta no orçamento qualquer referência ao cemitério do Valado, verificando-se situação idêntica relativamente a Famalicão, onde igualmente existem as mesmas preocupações. Finalizou, referindo que, no que respeita ao Valado, continua a existir a necessidade de proceder à requalificação das ruas da freguesia, nomeadamente a Carlos O'Neil,

a dos Lavradores, das Lagoas, Professor Arlindo Varela, não se vislumbrando, contudo, qualquer referência a essas intervenções no orçamento. -----

Alertou ainda para a situação existente junto ao Parque das Merendas, onde, para se conseguir passar, é necessário circular em contramão, o que considera perigoso. Questionou, tendo em conta a quantidade de trabalho que existe por realizar no Valado, por que motivo não se encontra assinalado no PPI sequer um euro destinado a intervenções nesta freguesia? Referiu que o Valado, tem sido bastante esquecido nos últimos anos e que a freguesia merece obter esclarecimentos por parte do novo executivo sobre o que se pretende melhorar ao nível das requalificações. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente, para prestar alguns esclarecimentos: -----

Começou por responder às questões colocadas pelo Senhor Vereador João Graça, referindo que, relativamente à saída faseada do FAM, após a reunião realizada, foi transmitido que seria possível, no primeiro ano, elencar um conjunto de pontos a negociar. -----

Deu como exemplo a questão dos impostos, mencionando que o anterior executivo poderia ter renegociado o abaixamento de alguns impostos, caso tivesse optado por esse enquadramento durante o período de acompanhamento do FAM. Acrescentou que, quando se refere a uma saída faseada do FAM, está em causa uma saída estruturada, prevendo-se que, no primeiro ano, seja apresentado um plano que permita o abaixamento de impostos e a construção de uma estrutura orçamental que viabilize essa possibilidade. Acrescentou que, quando se fala no bem-estar das populações, tal envolve igualmente a redução da carga fiscal que estas suportam, uma vez que essa diminuição se reflete diretamente na qualidade de vida dos munícipes. Mencionou que, a reestruturação dos Serviços da Câmara, decorrente da implementação do novo Organograma, necessitará igualmente de apoio por parte do FAM para ser devidamente concretizada. Que o plano já foi apresentado e que o Município conta atualmente com o apoio do FAM. -----



Acrescentou ainda que, existem outras medidas que o executivo pretende implementar, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população e, simultaneamente, adequar a gestão municipal à situação financeira da Câmara. -----

Esclareceu que, relativamente à Escola Básica Amadeu Gaudêncio, o Aviso é do BEI – Banco Europeu de Investimento, não tendo qualquer relação com o PRR. Informou que se encontra em curso, a reavaliação do projeto e dos custos associados, sendo necessário lançar o concurso público em janeiro, dado que o aviso termina em junho de 2026. -----

- Sobre a questão dos 7% de apoio às Juntas de Freguesia, afirmou que considera esse valor insuficiente, defendendo que deveria ser significativamente superior. Acrescentou, porém, que, comparado com a medida de 3% aplicada nos últimos anos, este valor representa um avanço significativo. Referiu que não pretende focar-se no passado, mas sim no futuro, salientando que o objetivo é criar condições para que, em 2027, seja possível realizar uma transferência de competências muito mais equilibrada para as Juntas de Freguesia. Enfatizou que uma decisão desta importância não poderá ser tomada em apenas duas ou três semanas. O Senhor Presidente destacou, que tem sido muito claro com os presidentes das Juntas de Freguesia, transmitindo que a forma de atuação do executivo em funções será muito diferente da anterior, especialmente no que respeita à proximidade, partilha de meios, recursos e apoio às necessidades das freguesias. Fez ainda referência à situação do cemitério de Famalicão, explicando a forma como o município irá atuar em 2026, privilegiando resolução imediata de situações e garantindo que o município estará sempre ao lado das Juntas de Freguesia. -----

No que diz respeito à ampliação do cemitério de Famalicão, deu nota de que o custo estimado da obra é de 95.000 €, sendo uma intervenção que terá de ser realizada com urgência. Informou que, do Orçamento de 2025, foram libertados cerca de 20.000 € e que, em 2026, será analisado de que forma poderão ser alocados recursos adicionais para apoiar a conclusão da ampliação. Informou que já foi apresentado um levantamento dos trabalhos a realizar no Valado dos Frades,

incluindo reports dos arruamentos que necessitam de intervenção, podendo estas ser concretizadas brevemente, mediante a realização dos estudos e projetos necessários. Referiu, nomeadamente, a Rua Carlos O'Neill, onde os trabalhos já se encontram em execução no momento. -----

Relativamente à Lagoa do Valado, referiu que existe um constrangimento no processo, devido à falta de um parecer relativo aos recursos hídricos, situação que se encontra atualmente em avaliação. Acrescentou que existem outras situações consideradas muito mais prioritárias para o bem-estar da população do que a intervenção na Lagoa do Saloio, dando como exemplo, a Avenida da Nazaré e o saneamento básico, referindo que toda a estratégia de análise e avaliação das intervenções estará sempre em consonância com o executivo em funções da Junta de Freguesia. -----

Relativamente aos Planos Estratégicos do Município, mencionados pelo Senhor Vereador João Graça, afirmou que de facto existem, mas que ainda não teve oportunidade de os analisar. Acrescentou que pretende estudar, discutir com os responsáveis competentes e formar uma opinião fundamentada sobre os mesmos. -----

Para responder às questões relativas aos recursos humanos, o Senhor Presidente passou a palavra à **Dra. Helena Pola**, para prestar os devidos esclarecimentos: começou por cumprimentar todos e referiu que ocorreu um lapso, após questionar os serviços, tendo sido enviado apenas um envio parcial da informação. Esclareceu que o mapa em Excel possui quatro folhas, mas que o executivo recebeu apenas a primeira, comprometendo-se a remeter de imediato o ficheiro completo, pedindo desculpa pelo ocorrido. Explicou que, ao fazer a uniformização do documento, juntando o mapa de pessoal com os restantes, a colega não carregou o documento completo, pelo que o número de funcionários não será 216, mas sim 277. Relativamente ao saldo de gerência, com base nas informações fornecidas pelo Dr. Ricardo Carapau, foi referido que a previsão, mediante os dados disponíveis, aponta para um saldo de gerência de 3,9 milhões



de euros, sendo que, à presente data, a execução orçamental corresponde a 2,9 milhões de euros. Acrescentou que, considerando os recebimentos e pagamentos previstos até ao final do ano, estima-se que o saldo rondará aproximadamente os 2 milhões de euros. -----

O Senhor Presidente prosseguiu para responder às questões levantadas pela Senhora Vereadora Vanda Santos, informando que: -----

- A questão do cemitério de Valado dos Frades não foi reportada; -----
- A última avaliação realizada data de 2018; -----
- Ainda existe alguma margem, mas será necessário começar a pensar numa nova avaliação. -----

O Senhor Presidente deu ainda nota de que já tem conhecimento das prioridades para a Freguesia de Valado dos Frades, bem como daquelas que necessitam de resolução mais urgente.

- Disse ainda que foram também elencadas uma série de arruamentos que estão previstos para execução o mais rapidamente possível, além de outros melhoramentos que possam ser identificados como necessários, quer para a freguesia de Valado quer para a de Famalicão, tudo na verba dos 250.000€ -----

Usou da palavra o Senhor Vereador João Graça, que solicitou diversos esclarecimentos, nomeadamente no que respeita à memória descritiva, na área do desporto, onde é referido que “o executivo municipal se compromete com uma transição gradual nos apoios ao associativismo, evitando ruturas e garantindo um processo faseado e devidamente comunicado”. Questionou o que estará subjacente a essa afirmação, referindo que se depreende a intenção de proceder a uma alteração ao regulamento em vigor. Perguntou se tal alteração terá como objetivo a redução do financiamento às associações ou se visa a adaptação do regulamento a um conjunto

de novas circunstâncias que não se encontram acauteladas no atual enquadramento regulamentar. -----

- Questionou ainda o aumento significativo da verba destinada ao Eurowinners, referindo que o orçamento quase duplicou, enquanto o apoio às freguesias aumentou apenas cerca de 7%. Perguntou qual a razão para este aumento, uma vez que anteriormente o apoio rondava os 30.000 euros e agora ascende a cerca de 50.000 euros. Questionou igualmente se o Senhor Presidente tem conhecimento do custo total do Eurowinners para o Município e quais os motivos que justificam este acréscimo orçamental. -----

- Relativamente à Nazaré Qualifica, questionou qual o investimento previsto para 2026, bem como se houve alguma negociação de valores, proposta e/ou orçamento no que respeita às contratações *in house*, referindo que o valor previsto será apenas ligeiramente superior e que não cobre sequer o aumento salarial de 6,5%. -----

- Por último, relativamente ao contrato-programa do Car Surf, referiu que o mesmo sofreu uma redução, apesar de se tratar de uma atividade que dificilmente será deficitária. Acrescentou que, segundo as suas contas, o valor previsto para o presente ano não será suficiente para cobrir as despesas previstas para 2025. Questionou ainda, se existiram algumas reuniões prévias no sentido da indicação dos valores de contratação para os próximos anos, designadamente para 2026. Referiu que, em seu entender, o valor em causa, a manter-se o atual nível de prestação de serviços da Nazaré Qualifica, será insuficiente para cobrir os aumentos salariais. Existiu alguma imposição para aquele valor? Algum acordo prévio de negociação para 2026? -----

Usou da palavra o Senhor Presidente, para responder, referindo que, relativamente ao desporto, e nos últimos anos, o apoio ao desporto no concelho da Nazaré teve uma questão relacionada com os denominados “outros apoios”, referindo, que esses “outros apoios” financiaram a vertente do denominado desporto de “Alto Rendimento”. Sobre essa matéria,



esclareceu que teve oportunidade de manifestar, em sede do Conselho Municipal de Desporto, que as verbas atribuídas a esse tipo de desporto deveriam, na sua opinião, ser canalizadas para o apoio à formação. Acrescentou que esse processo, já foi iniciado no corrente ano pelo anterior executivo, referindo ainda que deverá ser reforçada a dotação de recursos aos clubes. Referiu ainda que o objetivo, é tornar o apoio à formação muito mais efetivo, tendo em consideração o número de alunos, de técnicos, a formação, a certificação e todas as capacidades que os clubes possam apresentar. Referiu igualmente que, no âmbito dos apoios extraordinários, se mantém a afetação de um pequeno valor destinado a pequenas reparações que se revelem necessárias nas próprias associações. Que existe a intenção de aumentar o apoio às associações ligadas às áreas do desporto, de forma racional e, sobretudo, direcionada para a formação. -----

Relativamente ao aumento do apoio ao Euro Winners, esclareceu que o mesmo decorre de uma negociação que já havia sido iniciada com a empresa organizadora do evento. -----

Relativamente a essa questão, ainda esclareceu que nada está completamente fechado, uma vez que continuam a decorrer várias negociações, nomeadamente com a Federação Portuguesa de Futebol, com o objetivo de envolver a entidade na questão e, dessa forma, procurar a redução de custos, considerando também o impacto das verbas no Município, referindo ainda, que se trata de uma atividade importante, inclusivamente para os jovens, pois todos os anos aguardam este período para praticarem futebol de praia. -----

Referiu que o futebol de praia será relevante tanto pela tradição como pela ocupação dos jovens durante o período em que não têm atividades desportivas regulares, sendo importante fornecer esse incentivo. Acrescentou que existem constrangimentos ao nível orçamental e que irão negociar a participação do Euro Winners na Nazaré para 2026, admitindo que o evento até poderá não se realizar caso não se chegue a acordo, mas sublinhou que pretendem uma participação ativa da Federação Portuguesa de Futebol nesta decisão. -----

- Relativamente à Nazaré Qualifica, o Senhor Presidente referiu que estão previstas algumas transições de recursos humanos para a Câmara Municipal, já anteriormente programadas, o que justifica, em parte, a redução verificada. Acrescentou que não existe a intenção de criar qualquer tipo de constrangimento à Empresa Municipal Nazaré Qualifica, considerando que a mesma possui capacidade para captar mais recursos do que aqueles que tem obtido até à data, salvaguardando sempre o cumprimento das regras aplicáveis. -----

- Referiu ainda que deverá ser promovida uma visão integrada das três entidades — Câmara Municipal, Serviços Municipalizados e Nazaré Qualifica — devendo estas ser encaradas cada vez mais como uma só, quer ao nível da partilha de recursos humanos, quer ao nível da partilha de meios. Sublinhou, por fim, que não pretende diferenciar os trabalhadores das três entidades, considerando todos como colaboradores. -----

Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente Miguel Sousinha, que se pronunciou sobre o ponto 774/2025: -----

“Estes primeiros cerca de 40 dias foram intensos e ao mesmo tempo gratificantes, intenso pelo que se passou com buscas com derrames com “fogos” para apagar, contratos de serviço a findar etc. -----

Gratificante porque encontrei uma equipa pronta a mudar e dar o seu melhor em prol do concelho. -----

Por isso quero aqui dizê-lo com muita frontalidade e assumir o erro, este orçamento é em parte a continuidade das práticas que tinham vindo a ser seguidas, por isso é possível analisar que o que foi orçamentado em 2024 nos recursos humanos e o que foi efetivamente custo, tem uma diferença de cerca de 500.000,00 euros. -----

É nosso compromisso para o próximo orçamento alterar a sua apresentação, se possível começarmos a fazer um orçamento baseado na contabilidade analítica por centro de custo, com



a inclusão de um relatório explicativo do mesmo, mas neste ano não foi possível devido ao escasso tempo que tivemos para o preparar. -----

Um Orçamento é um instrumento previsional, nada mais do que isso, no entanto queremos basear o mesmo na economia, eficiência e eficácia. -----

Consiste estes princípios em conseguir assegurar adequados padrões de qualidade dos serviços públicos com a utilização da menor despesa, garantindo o acréscimo de produtividade, com resultados semelhantes ou melhores com menos despesa. -----

Economia na escala e na gestão, cada euro recebido dos consumidores deve ser aplicado com responsabilidade na prestação de um serviço de excelência. -----

Na eficiência dos custos de forma eliminar desperdícios, otimizar processos, analisar indicadores para ver onde os custos podem ser reduzidos sem afetar a qualidade. -----

E na eficácia dos proveitos promovendo praticas justas e equilibradas sem onerar os consumidores. -----

Os referidos princípios implicam a utilização dos recursos mais adequados para atingir o resultado que se pretende alcançar, garantindo uma administração economicamente eficiente, sustentável e socialmente justa. -----

Não estamos aqui para colocar custos e depois fazer repercutir na fatura do consumidor esses custos. -----

É de notar que neste orçamento não existe aumento de preços dos tarifários a única coisa que vai existir é uma atualização da taxa de inflação. -----

Todos temos a consciência que nos últimos anos a imagem da nazaré ao nível da limpeza e do cuidado do espaço público foi claramente relegado para segundo plano e para nós é prioridade alterar o estado destas coisas. -----

Não queremos nem o concelho precisa do que se vinha a passar, a critica era constante “a Nazaré está suja”, “A Nazaré tem um espaço publico degradado etc.,m luz”, “a recolha do lixo á

tarde com os carros a cheirar mal não pode ser” etc. etc. , estas são as vozes das pessoas que cá moram e de quem nos visita. -----

Deixar como está não é o nosso objetivo, por isso pedi aos chefes de unidades soluções trocamos impressões, discutimos alternativas e nesse âmbito fizemos constar neste orçamento os meios para podermos mudar, queremos suprimir as ineficiências dos serviços com tempo sem aumentar os tarifários. -----

Na recolha de resíduos urbanos, nomeadamente na zona mais antiga e depois expandindo, vamos em conjunto com os empresários do Canal Horeca implementar uma solução de recolha individualizada como estamos a fazer com os bios resíduos. -----

Queremos outros meios na limpeza urbana e voltar a lavar as ruas, precisamos que a Nazaré volte a estar limpa. -----

Naturalmente para isto precisamos de recrutar numa área cujo recrutamento é bastante difícil, nesta área dos resíduos e limpeza urbana a profissão e a remuneração têm uma imagem depreciativa. -----

Os Recursos Humanos afetos hoje a esta unidade são nos RSU 32 funcionários, na Limpeza Pedonal 29 no concelho. -----

Na unidade das Águas (água e saneamento) são 43 funcionários (apoio administrativo, leitores, instalação de contadores, instalações, obras, manutenção das redes de água e saneamento) -----

Neste orçamento fizemos refletir as necessidades, resultado disso para estas duas unidades prevê-se, e ressalvo que é uma previsão que será tida em conta caso o contexto assim o determine, a contratação de 29 funcionários, 15 para águas e 14 para RSU e Limpeza urbana que podem não ser um custo novo, mas sim situações atualmente em avença ou mesmo em mobilidade no município. -----

Do aumento dos custos previsionais identificados no orçamento, e volto a frisar que o mesmo não tem qualquer impacto na fatura dos consumidores, cerca de 200.000,00 decorre da



aplicação das regras do orçamento do estado e da lei para o próximo ano (aumentos, siadap, progressões etc.) o restante será, e volto a frisar que é uma previsão de custos de novas contratações que será feita de acordo com as necessidades e não a 01 de janeiro”. -----

O Senhor vice-Presidente manifestou, em nome do Conselho de Administração, o seu agradecimento aos Chefes de Unidade pelo trabalho desenvolvido, salientando que, num curto espaço de tempo, foi possível dispor de um orçamento ativo. -----

Usou da palavra o Senhor Vereador João Graça, para se pronunciar sobre o ponto n.º 775/2025, referindo que ficaram agradados pelo facto de o Município ir financiar a obra da Junta de Freguesia da Nazaré. Contudo, considerou que o formato em que o assunto se encontra apresentado na reunião de Câmara não será o mais aconselhável, uma vez que não se recorda de qualquer assunto dessa natureza ter sido apreciado sem a celebração de um protocolo. Acrescentou que, estando em causa uma transferência de capital entre duas entidades autárquicas, tal situação implica um compromisso contratual entre as partes, o qual não poderá ser substituído por uma mera deliberação tomada em reunião de Câmara. -----

Referiu ainda que a atribuição em causa deverá ser formalizada através de um protocolo de colaboração, sendo esse o enquadramento adequado para o efeito. -----

- Acrescentou que será por intermédio desse protocolo de colaboração que o processo deverá prosseguir, o qual, após a sua elaboração, será remetido à Assembleia Municipal para aprovação. Fez ainda, referência à necessidade de elaboração de um **Regulamento de Atribuição de Apoios às Juntas de Freguesia**, uma vez que, até à presente data, não existe qualquer regulamento que discipline essa matéria. -----

Mais foi referido que se verifica a falta, nos documentos enviados, de um desenho/planta que identifique o cemitério, bem como a respetiva delimitação e amplitude. Solicitou, que os pontos viessem devidamente instruídos. -----

- Referiu que, uma vez que se perspetiva o pagamento da totalidade da obra da empreitada, seria importante que, numa próxima reunião de Câmara, fosse apresentada uma proposta para se iniciar o trabalho de elaboração do regulamento de apoio às Juntas de Freguesia, considerando essencial que esta matéria fique devidamente regulada. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, para referir que o projeto se encontra em curso desde junho de 2025 e que tem havido pressão por parte do Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão para que a situação seja resolvida, acrescentando tratar-se de uma situação delicada. -----

Usou da palavra a Dra. Helena Pola para prestar esclarecimentos, referindo que, quanto à posição do Senhor Vereador João Graça, discorda do que foi afirmado, uma vez que um protocolo de cooperação deve ser utilizado quando exista reciprocidade de ações, implicando um compromisso de uma entidade e de outra. Acrescentou que, tratando-se de um bem comum, consegue compreender essa lógica, mas que, de forma simplificada, questiona o seguinte: a Câmara disponibiliza o financiamento e o que recebe em contrapartida? Nada, sendo a Junta de Freguesia a entidade beneficiária. -----

Referiu ainda, que o instrumento adequado será, sem dúvida, a proposta de apoio financeiro, a qual, para produzir efeitos, deverá ser aprovada pela Assembleia Municipal, dando como exemplo a aquisição do terreno para o alargamento do cemitério de Valado dos Frades, que foi realizada nesses moldes. Acrescentou que, sempre que exista um apoio financeiro, o Regime Jurídico das Autarquias Locais estabelece que compete à Assembleia Municipal autorizar o apoio às Freguesias, devendo essa forma de apoio revestir a natureza de apoio financeiro, sob proposta da Câmara Municipal. Referiu igualmente que não lhe parece que o instrumento adequado tenha de ser um protocolo, acrescentando que, quando essa questão lhe foi colocada,



não entendeu que fosse esse o entendimento subjacente à celebração de um protocolo. Por fim, referiu que concorda que deverá existir um projeto, manifestando total concordância com essa necessidade. -----

Acrescentou ainda, que a proposta deverá ser devidamente completada com a documentação em falta e posteriormente remetida a todos os intervenientes. Reiterou, do ponto de vista jurídico, que a proposta constitui a forma mais adequada para a concretização deste procedimento. Referiu ainda que, compreende a existência de posições diferentes, aceitando-as e respeitando-as, mas que, certamente, não serão as suas. -----

Usou da palavra o Senhor Vereador João Graça para referir que, no seu entendimento, o instrumento adequado será o protocolo, acrescentando que, embora compreenda a posição da Dra. Helena Pola, para si é claro que existem obrigações de ambas as partes, nomeadamente a obrigação do Município de financiar a obra e a obrigação da Junta de Freguesia de executar a mesma, parecendo-lhe, por isso, necessário um instrumento que regule essa situação. Referiu ainda, que se estará a falar de uma transferência de verbas para uma Junta de Freguesia, de valor superior ao montante que a mesma recebe por delegação de competências. Acrescentou que se trata de um cemitério que será da Junta de Freguesia de Famalicão, mas que, na documentação entregue, não consta qualquer justificação, designadamente através de documentos da Conservatória, que comprove que o terreno é propriedade da Junta de Freguesia de Famalicão. Concluiu referindo não compreender como a Câmara Municipal poderá financiar uma obra, no âmbito de uma empreitada, bastando para tal uma simples deliberação, através de uma proposta apresentada em reunião de Câmara. Referiu ainda que tal procedimento, não corresponde ao que observa noutros municípios, nem ao que consta dos relatórios do Tribunal de Contas para este tipo de situações, nos quais é sempre mencionada a necessidade de existência de um instrumento regulador, como um protocolo, acrescentando que a elaboração

de uma proposta demoraria tanto tempo quanto a apresentação de um simples protocolo a reunião de Câmara. Disse ainda que, caso o ponto seja colocado à votação, nos termos em que se encontra, votarão contra, por não quererem assumir responsabilidade financeira sobre qualquer decisão tomada, atendendo à inexistência do referido instrumento. -----

Interveio o Senhor Presidente, referindo que concorda plenamente com o Senhor Vereador João Graça quando este fala da importância da transparência e da forma como os processos devem ser conduzidos. Questionou o que foi feito nos últimos anos e pelo Partido Socialista, acrescentando que se encontram em funções há cerca de um mês e que, caso tivesse existido colaboração, o Senhor Vereador teria abordado esta questão anteriormente. -----

Usou da palavra a Dra. Helena Pola para prestar esclarecimentos, referindo que convive bem com a divergência de opiniões, mas que não aceita que seja colocada em causa a sua competência jurídica, por considerar que tal interfere com a sua honra profissional. Acrescentou que entende ser este um instrumento adequado, não se tratando de uma mera proposta, mas de uma proposta devidamente fundamentada, concordando que a mesma deveria estar instruída com a documentação em falta, a qual não foi ainda entregue pela Junta de Freguesia de Famalicão, mas que acredita que venha a sê-lo. Referiu ainda o disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea j), acrescentando que o apoio concedido ao cemitério de Valado de Frades decorreu de forma positiva e foi realizado nos mesmos moldes, tratando-se de um apoio de natureza política e não de apoio técnico. -----

Usou da palavra o Senhor Vereador João Graça para acrescentar, que entende que deveria ser submetido à reunião de Câmara um instrumento contratual entre as partes, e não uma mera proposta. Esclareceu ainda que não está a colocar em causa os serviços da Câmara Municipal,



referindo tratar-se do seu entendimento. Acrescentou que, caso optem por proceder de forma diferente, deverão prosseguir nesses termos, mas que não se sente confortável com a forma como o processo foi conduzido. **Interveio o Senhor Presidente**, referindo que o mais importante é resolver a situação do cemitério de Famalicão, acrescentando que confia nos serviços técnicos da Câmara Municipal, solicitando à **Dra. Helena Pola** que se pronunciasse sobre o assunto. **Usou da palavra a mesma**, referindo que, caso se entenda avançar com a celebração de um protocolo, o ponto não poderá ser presente à próxima Assembleia Municipal, atendendo à data estimada da sua realização, prevista para o dia 18, sendo a presente reunião aquela que permite o agendamento de pontos para a Assembleia Municipal, razão pela qual é extraordinária. Acrescentou, no entanto, que valida juridicamente a opção de apresentação do ponto sob a forma de proposta. -----

**773/2025 - ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ
PARA O ANO 2026 E RESPETIVOS ANEXOS -----**

Para apreciação, votação e posterior envio à Assembleia Municipal para deliberação final, é presente o assunto acima referido que faz parte da pasta de documentos da presente reunião que se dá por transcrito. -----

Deliberado por maioria aprovar, com três votos a favor do PSD, três abstenções do PS e um voto contra do Chega, aprovar, o Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2026 e respetivos anexos e deliberado por unanimidade remeter à Assembleia Municipal para deliberação final. -----

Foi apresentada a seguinte “Declaração de voto”

Os Srs. Vereadores Eleitos pelo Partido Socialista apresentaram declaração de voto que se transcreve: -----

“Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista na Câmara Municipal da Nazaré apresentaram a seguinte declaração de voto, aplicável ao ponto da Ordem do Dia: -----

773 -ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ PARA O ANO 2026
E RESPETIVOS ANEXOS -----

presente à reunião de câmara, realizada no dia 09/12/2025, nos seguintes termos: -----

A proposta de Orçamento do Executivo Municipal para o ano de 2026, fica manifestamente aquém das expectativas criadas pelo executivo em funções, quer ao nível das exigências políticas, quer das soluções apresentadas, quer ainda da ambição estratégica para o futuro do concelho. Os documentos evidenciam uma visão limitada e pouco transformadora, assente numa lógica de gestão de serviços mínimos, claramente comprometedoras das respostas aos desafios atuais e às necessidades futuras do município. -----

Estamos perante um Orçamento estruturado em torno de um número significativo de rubricas com dotações meramente simbólicas — de 1 euro — que procura transmitir a ideia de uma resposta transversal a todas as freguesias e a todas as áreas de intervenção municipal. Contudo, em muitos casos, essa inscrição não é acompanhada de financiamento garantido, de planeamento consistente ou de uma lógica plurianual credível. -----

A análise detalhada dos documentos que integram o Orçamento confirma esta fragilidade estrutural. Tendo por exemplo o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), aproximadamente 50 % dos projetos inscritos apresentam apenas uma dotação simbólica de 1 euro, ou seja, não dispõem de qualquer dotação financeira efetiva, limitando-se a uma inscrição formal, sem previsão real de execução no decurso do ano. -----

Isto significa que uma parte substancial das iniciativas apresentadas como prioridades municipais carece de financiamento adequado, o que fragiliza a credibilidade do planeamento, dificulta o escrutínio político e compromete a transparência perante os munícipes. Aliado a isto, não verificamos no documento escrito que acompanha as Grandes Opções do Plano a indicação das referidas operações, corroborando, assim, a falta de ambição deste executivo na elaboração de um documento fundamental e estratégico para o futuro do concelho da Nazaré. -----



A utilização sistemática de dotações simbólicas de 1euro tem consequências claras: enfraquece o princípio da especificação orçamental; impede a identificação inequívoca das verdadeiras prioridades do município; e transforma instrumentos fundamentais de planeamento, como o PPI, em meras listas de intenções, desprovidas de compromisso efetivo de execução. -----

Acresce que a inscrição reiterada de projetos e ações sem dotação real cria expectativas legítimas junto dos munícipes, que, na prática, acabam por não se concretizar, contribuindo para o desgaste da confiança nos instrumentos de gestão municipal e na ação do próprio executivo.

Em síntese, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2026 não refletem de forma clara e consistente as opções estratégicas do executivo, nem asseguram um compromisso financeiro coerente com os objetivos publicamente anunciados. -----

O documento revela ainda uma excessiva dependência de opções do passado, ao reiterar propostas e intenções de mandatos anteriores que, à luz das dotações agora previstas, continuarão por concretizar durante muitos anos, perpetuando adiamentos sucessivos e respostas incompletas às necessidades da população. -----

Relevante é ainda mencionar o facto do executivo minoritário, que tanto apela ao diálogo e apregoa a cooperação, não ter mostrado abertura para a participação da oposição na construção inicial do orçamento, ignorando posteriormente a incorporação de qualquer proposta da oposição neste orçamento, apresentadas em sede do direito de oposição. -----

Não obstante estas limitações, e com o objetivo de não comprometer a execução de investimentos estruturantes relevantes para o concelho — em particular os associados a financiamento nacional e comunitário, como projetos enquadrados no PRR e candidaturas ao Portugal 2030 — os eleitos pelo Partido Socialista optam por uma abstenção responsável na votação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2026. -----

Esta posição não legitima um Orçamento pouco ambicioso e assente numa lógica de serviços mínimos, mas procura salvaguardar o interesse coletivo, afirmando simultaneamente uma postura política exigente, crítica e de fiscalização rigorosa da sua execução. -----

Nazaré, 09 de dezembro de 2025. -----

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. -----

João Graça, Vanda Santos e Teresa Radamanto.” -----

Foi apresentada a seguinte “Declaração de voto” -----

A Sr.ª Vereadora da Câmara Municipal da Nazaré do Partido Chega apresentou declaração de voto que se transcreve: -----

“ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ PARA O ANO 2026 E RESPETIVOS ANEXOS

Senhor Presidente, senhores Vereadores, a todos os munícipes. -----

O orçamento municipal para 2026 confirma, mais uma vez, um caminho de empobrecimento estrutural do concelho. -----

E digo-o com clareza: este orçamento empobrece a Nazaré. -----

Empobrece porque mantém uma carga fiscal sufocante. -----

Empobrece porque falha em criar futuro. -----

Empobrece porque coloca todo o esforço nas famílias e nas empresas, enquanto o executivo se acomoda à falta de ambição e à inércia da gestão. -----

Um município sob ação do FAM..., mas sem ação política. -----

Apesar de o município se encontrar sob acompanhamento do fundo de apoio municipal (FAM), o executivo limita-se a cumprir o mínimo.

E era precisamente agora que se exigia o contrário: propostas, soluções, alternativas e coragem.

Mas este executivo escolheu nada fazer. -----

Escolheu não apresentar ao FAM qualquer plano que aliviasse a carga fiscal. -----



Escolheu não procurar novas fontes de receita. -----

Escolheu não libertar as famílias e as empresas da pesada fatura que continuam a pagar. -----

E por isso, este orçamento mantém os vícios do PS: -----

Dependência extrema dos impostos; Ausência de visão económica; Gestão de curto prazo; -----

Acomodação à dificuldade; Incapacidade de inovar. A carga fiscal continua a ser a mais alta da região. -----

Com o IMI na taxa máxima, taxas municipais aumentadas e derrama sem redução, o executivo mostra que não quer aliviar ninguém. -----

Enquanto outros municípios baixam impostos, atraem empresas e apoiam famílias, a Nazaré fica para trás. -----

A população deve perceber com toda a clareza: -----

O executivo continua a alimentar este **monstro**, que é a carga fiscal na Nazaré, mantendo o peso financeiro sobre quem vive e investe no concelho. -----

Um orçamento sem ambição, sem coragem e sem futuro. -----

Num concelho com desafios profundos, habitacionais, económicos e sociais, este orçamento é pequeno, tímido e incapaz. -----

Não cria desenvolvimento. -----

Não cria investimento. -----

Não cria esperança. -----

Este orçamento empobrece a Nazaré! Não é apenas um erro técnico, é uma escolha política. ----

Voto contra este orçamento porque: -----

Empobrece a Nazaré; -----

Mantém os vícios do OS; -----

Abandona famílias e empresas à carga fiscal mais pesada da região; -----

Não apresenta alternativas ao FAM; -----

E confirma uma gestão assente na inércia e na falta de ambição. -----

A Nazaré exige um rumo, e este orçamento não o dá. -----

A Nazaré exige liderança, e este orçamento não a tem. -----

A Nazaré exige respeito, e este orçamento não o demonstra. -----

Este orçamento não serve a Nazaré, e a Nazaré não pode continuar a pagar pelos erros de quem governa. -----

Com todo o respeito, o Sr. Presidente e o seu executivo querem deixar os nazarenos mais pobres. -----

Disse!” -----

A Vereadora da Câmara Municipal da Nazaré do Partido Chega -----

Lúcia Loureiro. -----

774/2025 - ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ PARA O ANO 2026 E RESPETIVOS ANEXOS -----

Para apreciação, votação e posterior envio à Assembleia Municipal para deliberação final, é presente o assunto acima referido que faz parte da pasta de documentos da presente reunião que se dá por transcrito. -----

Deliberado por maioria, com quatro votos a favor (três votos do PSD e 1 voto do PS), duas abstenções do PS e um voto contra do Chega, aprovar o Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados da Nazaré para o ano de 2026 e respetivos anexos e deliberado, remeter à Assembleia Municipal para deliberação final. -----

Foi apresentada a seguinte “Declaração de voto” -----

A Sr.ª Vereadora da Câmara Municipal da Nazaré do Partido Chega apresentou declaração de voto que se transcreve: -----

“O Orçamento dos Serviços Municipalizados aumenta custos sem melhorar serviços. -----

Os encargos com pessoal sobem em relação a 2025. -----



Sem qualquer reforma, sem eficiência, sem visão. -----

E enquanto isto acontece, as famílias da Nazaré continuam a pagar a água mais cara da região. O executivo repete a desculpa de sempre, a ERSAR não deixa baixar a fatura, quando a lei é clara: os pareceres da ERSAR não são vinculativos, Lei 135/2015 – estatutos da ERSAR Art: 5º n.º 4, “a ERSAR não dispõe de poder sancionatório” -----

Se a fatura da água não baixa, é porque não querem. -----

Este orçamento ignora receitas alternativas, como o agravamento de multas para incumpridores, que permitiria aliviar quem cumpre. -----

Falta estratégia, falta coragem, falta futuro. -----

Basta de inércia. Basta de colocar o peso sempre em cima dos mesmos, das famílias e das empresas. -----

Disse!” -----

A Vereadora da Câmara Municipal da Nazaré do Partido Chega -----

Lúcia Loureiro. -----

775/2025 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE FAMALICÃO PARA AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DA FREGUESIA -----

Para apreciação, votação e posterior envio à Assembleia Municipal para deliberação final, é presente o assunto acima referido que faz parte da pasta de documentos da presente reunião que se dá por transcrito. -----

Deliberado por maioria, com três votos a favor do PSD, 3 abstenções do PS e um voto a favor do Chega, aprovar o Apoio Financeiro à Junta de Freguesia de Famalicão para ampliação do cemitério da Freguesia e deliberado, remeter à Assembleia Municipal para deliberação final. -----

A Sr.^a Vereadora Lúcia Loureiro do Partido Chega, colocou as seguintes questões: -----

"Se esta Câmara tem conhecimento por parte da Junta de freguesia de Famalicão, se obra em referência se vai realizar por adjudicação direta ou por concurso? -----

E se este processo é legal, necessário e transparente. -----

Trata-se do apoio à ampliação do cemitério de Famalicão, um serviço público essencial, com projeto preparado, custos fundamentados e urgência comprovada. -----

Existe cabimento em 2025 e uma previsão responsável para 2026. -----

Não há ilegalidades nem imprevisto, há planeamento e interesse público. -----

Por isso, este processo deve avançar". -----

776/2025- MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO – JUNTA DE FREGUESIA DE VALADO DOS FRADES – VILA NATAL NA PRAÇA 25 DE ABRIL -----

Para apreciação, votação e posterior envio à Assembleia Municipal para deliberação final, é presente o assunto acima referido que faz parte da pasta de documentos da presente reunião que se dá por transcrito. -----

Deliberado por unanimidade aprovar, a Minuta de Protocolo de Colaboração – Junta de Freguesia de Valado dos Frades – Vila Natal na Praça 25 de Abril e deliberado remeter à Assembleia Municipal para deliberação final. -----

777/2025- MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO – JUNTA DE FREGUESIA DE FAMALICÃO – ALDEIA NATAL 2025 -----

Para apreciação, votação e posterior envio à Assembleia Municipal para deliberação final, é presente o assunto acima referido que faz parte da pasta de documentos da presente reunião que se dá por transcrito. -----



Deliberado por unanimidade aprovar, a Minuta de Protocolo de Colaboração – Junta de Freguesia de Famalicão – Aldeia Natal 2025 e deliberado remeter à Assembleia Municipal para deliberação final. -----

778/2025 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO (APOIO LOGÍSTICO) COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO -----

Para apreciação, votação e posterior envio à Assembleia Municipal para deliberação final, é presente o assunto acima referido que faz parte da pasta de documentos da presente reunião que se dá por transcrito. -----

Deliberado por maioria, com três votos a favor do PSD, três abstenções do PS e um voto a favor do Chega, aprovar o pedido de autorização à Assembleia Municipal para celebração de Protocolos de Colaboração (Apoio Logístico) com as Juntas de Freguesia do Concelho e deliberado remeter à Assembleia Municipal para deliberação final. -----

779/2025 – AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – ACORDO QUADRO – FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE (LOTES BTN, BTE E MT) -----

Para apreciação, votação e posterior envio à Assembleia Municipal para deliberação final, é presente o assunto acima referido que faz parte da pasta de documentos da presente reunião que se dá por transcrita. -----

Deliberado por unanimidade aprovar, e remeter à Assembleia Municipal a proposta autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais inerentes ao Acordo-Quadro para o Fornecimento de Eletricidade (Lotes BTN, BTE e MT), nos termos da Lei dos Compromissos em atraso. -----

780/2025 - AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – ACORDO QUADRO – FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL CANALIZADO (LOTE 1) -----

Para apreciação, votação e posterior envio à Assembleia Municipal para deliberação final, é presente o assunto acima referido que faz parte da pasta de documentos da presente reunião que se dá por transcrito. -----

Deliberado por unanimidade aprovar, e remeter à Assembleia Municipal a proposta autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais inerentes ao Acordo-Quadro para o Fornecimento de Gás Natural canalizado (Lote 1), nos termos da Lei dos Compromissos em atraso.

781/2025- MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA NAZARÉ – GALA DE NATAL DO AEN -----

Para apreciação e votação é presente o assunto acima referido que faz parte da pasta de documentos da presente reunião que se dá por transcrito. -----

Deliberado por unanimidade aprovar, a minuta de Protocolo de Colaboração – Gala de Natal AEN

782/2025 – RELATÓRIO FINAL – CONCURSO PÚBLICO PARA ATRIBUIÇÃO DE LICENÇAS DE CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS AFETOS À ATIVIDADE DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA -----

Para apreciação e votação é presente informação n.º 597/DOMA-GMT/2025, datada de 2025.11.25, relativamente ao assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da presente reunião que se dá por transcrita. -----

Deliberado por unanimidade aprovar, o Relatório Final - Concurso Público para Atribuição de Licenças de Circulação de Veículos Afetos à atividade de Animação Turística. -----

783/2025 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL – NOMEAÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA -----

Para apreciação, votação e posterior envio à Assembleia Municipal para deliberação final, é presente o assunto acima referido que faz parte da pasta de documentos da presente reunião que se dá por transcrito. -----



Deliberado por maioria, com seis votos a favor e uma abstenção do membro do Chega, remeter, à Assembleia Municipal o pedido de designação do representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Proteção Civil. -----

784/2025 – NOMEAÇÃO DE 2 MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO -----

Para apreciação, votação e posterior envio à Assembleia Municipal para deliberação final, é presente o assunto acima referido que faz parte da pasta de documentos da presente reunião que se dá por transcrito. -----

Deliberado por unanimidade, remeter à Assembleia Municipal o pedido de designação de dois representantes desse órgão na Comissão Municipal de Trânsito. -----

785/2025 – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ NO CONSELHO GERAL DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA NAZARÉ (MANDATO 2025–2029)

Para apreciação e votação é presente o assunto acima referido que faz parte da pasta de documentos da presente reunião que se dá por transcrito. -----

Em virtude de o Senhor Presidente ter sido um dos propostos para compor o Órgão, o mesmo declarou o seu impedimento, não o tendo votado. -----

-Deliberado por maioria, com cinco votos a favor e um voto em branco concordar, com a designação dos representantes do Município da Nazaré para o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas da Nazaré, para o mandato 2025-2029, constante da proposta. -----

ENCERRAMENTO -----

Não havendo outros assuntos a tratar nesta reunião o Exmo. Presidente declarou encerrada a ordem de trabalhos, eram **onze horas e cinquenta minutos**, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo próprio e pela Secretária, que a leu em voz alta, tendo a respetiva minuta sido aprovada e rubricada. -----

g. 2

parten